



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº 17.935.206/0001-06

A
Pregoeira

Prefeitura Municipal de São João da Mata – M.G.

At. Senhora ROSEMEIRE EUNICE VIEIRA NEGRÃO
DD. Pregoeira Oficial

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO NOVO, 0KM, 07 (SETE) LUGARES, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA MATA/MG.

TIPO: Menor Preço Por Item (impugnação)

Empresa: Reavel Veiculos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 30.260.538/0001-04.

Ilustre Senhora Pregoeira,

Trata-se, em síntese, de impugnação ao Edital interposto pela empresa Reavel Veiculos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 30.260.538/0001-04, no âmbito do Procedimento Licitatório.

Preliminarmente, observa-se que a impugnação foi interposta dentro do prazo legal, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, o que confere à empresa legitimidade para questionar os termos do edital, buscando assegurar que o procedimento se dê de maneira justa e vantajosa para a Administração Pública.

Segundo entendimento do impugnante, em apertada síntese, alega que:

(...)

O edital exige primeiro emplacamento em nome do órgão licitante; Há restrição da participação apenas a concessionárias ou fabricantes, vedando a atuação de revendedoras multimarcas; tais exigências caracterizam aplicação indevida da Lei nº 6.729/1979 (Lei Ferrari); as cláusulas importam em reserva de mercado, afronta à competitividade e à isonomia, violando a Lei 14.133/2021; o entendimento do TCE-MG sobre a matéria deve ser aplicado, especialmente os acórdãos de denúncias nº 1.110.073, 1.102.120 e 1.092.463;

Requerendo ao final, que a presente impugnação seja recebida e julgada procedente, e consequentemente à retificação do edital sendo retirada a cláusula que restringe a participação de fornecedores, nos termos da fundamentação ampliando a mesma e assegurando a participação á empresas de grande porte para uma maior concorrência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº 17.935.206/0001-06

Em sede de cognição inicial, observo preliminarmente que a presente impugnação fora interposta, através do instrumento adequado e dentro do prazo legal, nos termos (art. 164 da Lei Federal). Também vislumbro presente o interesse de agir da impugnante, representados in casu, pelo binômio necessidade/adequação.

Verifica-se que o edital de licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas nas Leis 14.133/21, no tocante à modalidade e ao procedimento.

Para a elaboração do edital, tarefa nada fácil, tendo em vista essas normas circunstanciais que acabam por transformar a dificuldade de elaborar editais numa função quase que enciclopédica, exigindo sabedoria inalcançável; para tanto, teve como base o setor de compras os citados editais de outros órgãos administrativos retirados da internet. (Podemos destacar que, com extrema facilidade, ainda hoje encontramos modelos de editais, inclusive com as regras e condições ora questionadas, dos mais diversos Órgãos Governamentais, a disposição de qualquer cidadão, na rede de internet).

A Senhora Pregoeira Municipal, realizou a publicação em todos os meios de comunicação exigido. Respeitando o princípio basilar da Administração Pública - Publicidade dos atos, inclusive respeitando os prazos legais de publicação.

Mérito:

Verifica-se que foram cumpridas as formalidades legais, tendo sido comprovada a devida publicidade do procedimento, a existência de dotação orçamentária, a realização de pesquisa de preços, etc. Restando, portanto, obedecidos os pressupostos legais da Legislação pertinente.

Assim, como também a garantia legal de ver resguardada a aplicação dos postulados básicos do certame, em especial aqueles esculpidos no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo que a licitação irá registrar os menores preços, ampliando a competitividade, com maior número de interessados.

Passamos a tecer as devidas considerações sobre a impugnação:

A questão mais controversa, na impugnação apresentada, se refere à exigência de primeiro emplacamento. A exigência de primeiro emplacamento, a depender da interpretação, poderia direcionar a participação do certame somente para concessionárias e fabricantes de veículos.

O artigo 12 da Lei Federal nº. 6.729/1979 prevê que "O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda".

Daí surge alguns questionamentos sobre o que seria um veículo novo. Alguns defendem que veículo novo seria aquele oriundo do primeiro emplacamento, portanto, ao se exigir o primeiro emplacamento estaria vedado a participação de lojas revendedoras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº 17.935.206/0001-06

No tocante a exigência de veículo zero quilômetro, vale citar que conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, veículo zero quilômetro deve ser entendido como aquele que não tenha sido usado/rodado (Acórdão 1510/2022 – Plenário).

Em manifestações mais recentes sobre a aquisição de veículos “novos”, como na Denúncia 1119749, o Tribunal de Minas Gerais, tem entendido que compete ao gestor público, avaliando as circunstâncias do caso concreto, as potencialidades do mercado e as necessidades do ente que ele representa, optar pela maior ou menor amplitude da concorrência, conforme seja viável ou não a aquisição de veículos já previamente licenciados.

Nesse viés, que compete ao órgão licitante escolher, motivadamente, o tipo de veículo novo que pretende adquirir. A partir dessa especificação, cabe ao mercado de livre concorrência admitir ou não a participação de revendedores na licitação, conforme possam ou não oferecer à compra o produto tal como licitado. Não há de prosperar, portanto, a presunção de que a revenda de veículo, por empresa não concessionária, ao consumidor final descaracteriza, por si só, o conceito jurídico de veículo novo. Da mesma forma, uma concessionária também pode vender um veículo novo mais barato, sem utilização anterior, mas de estoque antigo e já emplacado por mera exigência fiscal.

A jurisprudência citada pela própria impugnante demonstra que o TCE-MG reconhece que a exigência de primeiro emplacamento pode descaracterizar injustificadamente a competitividade.

O Acórdão nº 1153837 – Denúncia (Município de Raul Soares) expressamente afirma que:

“não há de prosperar a presunção de que a revenda de veículo, por empresa não concessionária, ao consumidor final descaracteriza, por si só, o conceito jurídico de veículo novo”

O Tribunal acrescenta que exigir primeiro emplacamento como condição só é legítimo quando houver motivação específica:

“deixando de incluir no instrumento convocatório a expressão ‘1º emplacamento no município’, se não houver justificativa para tal exigência”.

No relatório da referida denúncia foi citado pelo relator:

“De toda forma, não desconheço que este Tribunal possui diversos precedentes no sentido de que a restrição à participação de concessionárias e fabricantes em licitações dessa natureza não consiste em irregularidade, conforme citado pela unidade técnica. Incabível, portanto, a aplicação de multa no presente caso. Não obstante, recomendo à Administração que, em futuros certames para a aquisição de veículos novos comuns, assegure a possibilidade de ampla participação em igualdade de condições a todos os concorrentes que estejam aptos a fornecer o objeto nas especificidades exigidas, deixando de incluir no instrumento convocatório a expressão “1º emplacamento no município”, se não houver justificativa para tal exigência.”





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº 17.935.206/0001-06

seguir:

Frisa-se que o Tribunal de Contas da União já posicionou sobre o tema, conforme trecho a

Destarte, utilizar a Lei 6.729/1979 para admitir o fornecimento de veículos apenas por concessionárias, restringindo a participação de revendedoras nos procedimentos licitatórios, infringiria os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade, e a livre concorrência, estabelecidos nos art. 3º, II, e 170, IV, da Constituição Federal e no caput do artigo 3º da Lei 8.666/1993.(Acórdão 1510/2022 – Plenário).

Vale citar o que dispõe o artigo 9º, inciso I, "a" da Lei 14.133/2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

Nesse sentido, aceitar a participação somente de concessionárias constitui ofensa aos princípios da impessoalidade, da competitividade e da economicidade, nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Por fim, registra-se que quanto maior o número de licitantes, maior a probabilidade de a administração alcançar propostas com preços mais vantajosos, constituindo motivo para não proibirmos a participação de revendedoras nos procedimentos licitatórios.

Do exposto, conclui-se que:

Por todo o exposto, passo a resposta da consulta formulada nos seguintes termos:

Opinamos para julgar PROCENTE a impugnação apresentada ao edital pela empresa, para que seja esclarecido no edital que veículo zero quilômetro deve ser entendido como aquele não tenha sido usado/rodado, bem como seja excluída a exigência de primeiro emplacamento;

Após retificado o edital, deve ser designada nova data para o certame, sendo respeitado o prazo mínimo de 08 (oito) dias, entre a publicação e a data de julgamento.

Em ato contínuo, encaminha-se o Parecer para Pregoeira e sucessivo a decisão da Prefeitura Municipal para sua apreciação final, em obediência aos ditames legais (art. 165, § 2º, Lei 14.133/21). Após, dê-se ciência ao interessado, publique-se e cumpra-se.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº 17.935.206/0001-06

Intime-se a impugnante do inteiro teor deste parecer.

São João da Mata (MG), 27 de novembro de 2025.

Wilder Vilela de Souza
OAB/MG 80.625



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº 17.935.206/0001-06

DESPACHO DA PREGOEIRA OFICIAL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO NOVO, 0KM, 07 (SETE) LUGARES, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA MATA/MG.

TIPO: Menor Preço Por Item (impugnação)

Empresa: Reavel Veiculos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 30.260.538/0001-04.

TIPO: Decisão Administrativa (Impugnação)

Tendo em vista, o que determina a Lei nº 14.133/2021, e alterações posteriores, acolho o parecer Técnico e o da Assessoria Jurídica, referente à Nesse raciocínio opino pelo **PROCEDENCIA** da impugnação da empresa Reavel Veiculos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 30.260.538/0001-04.

Para que seja esclarecido no edital que veículo zero quilômetro deve ser entendido como aquele não tenha sido usado/rodado, bem como seja excluída a exigência de primeiro emplacamento;

Após retificado o edital, deve ser designada nova data para o certame, sendo respeitado o prazo mínimo de 08 (oito) dias, entre a publicação e a data de julgamento.

Cumpra-se a determinação constante do parecer.

São João da Mata (MG), 27 de novembro de 2025.

ROSEMEIRE EUNICE VIEIRA NEGRÃO
PREGOEIRA OFICIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº 17.935.206/0001-06

DESPACHO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO NOVO, 0KM, 07 (SETE) LUGARES, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA MATA/MG.

TIPO: Menor Preço Por Item (impugnação)

Empresa: Reavel Veiculos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 30.260.538/0001-04.

Há vista dos elementos constantes no Pregão em epígrafe, em especial o Parecer Jurídico e do Despacho do Pregoeiro e Equipe de Apoio, decido pela **PROCEDENCIA** da impugnação, conforme descrito em ambos documentos.

Para que seja esclarecido no edital que veículo zero quilômetro deve ser entendido como aquele não tenha sido usado/rodado, bem como seja excluída a exigência de primeiro emplacamento;

Após retificado o edital, deve ser designada nova data para o certame, sendo respeitado o prazo mínimo de 08 (oito) dias, entre a publicação e a data de julgamento.

Remetam-se os autos a pregoeira para providências.

São João da Mata (MG), 27 de novembro de 2025.

Assinado de forma
ROSEMIRO DE PAIVA digital por ROSEMIRO
MUNIZ:05094732617 DE PAIVA
MUNIZ:05094732617

Rosemiro de Paiva Muniz
Prefeito Municipal